

Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2022



Demonstrações Financeiras Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco
Conteúdo

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Balanço Patrimonial	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	10
1. Contexto operacional	
2. Base de preparação das demonstrações financeiras	
3. Receita de arrendamento	
4. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	
5. Resultado financeiro	
6. Tributos sobre o lucro	
7. Caixa e equivalentes de caixa	
8. Tributos a recuperar	
9. Imobilizado	
10. Processos judiciais	
11. Patrimônio líquido	
12. Partes relacionadas	
13. Classificação dos instrumentos financeiros	
14. Gestão de riscos	
Membros da Diretoria e Responsáveis Técnicos	18



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2023


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2022	2021
Receita de arrendamento, líquida	3	579.980	773.891
Custo do arrendamento (depreciação e amortização, líquido de crédito de impostos)	9	(24.710)	(28.457)
Lucro bruto		555.270	745.434
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas		(6.714)	(2.996)
Pesquisa e desenvolvimento		(2.522)	(4.286)
Outras receitas operacionais, líquidas	4	272	223
Lucro operacional		546.306	738.375
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	5	27.386	7.018
Despesas financeiras		(1.742)	(797)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		571.950	744.596
Tributos sobre o lucro			
Tributo corrente	6 (a)	(190.387)	(249.734)
Tributo diferido		(88)	(1.858)
Lucro líquido do exercício		381.475	493.004
Lucro básico e diluído por ação – Em R\$		0,09	0,12

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Em milhares de reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	381.475	493.004
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	381.475	493.004

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		571.950	744.596
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	9	24.939	30.131
Crédito PIS/COFINS sobre depreciação	9	(229)	(1.674)
Baixa de ativo imobilizado	9	-	5.523
Variação monetária, juros sobre contingências e depósitos judiciais	5	(1)	(36)
Reversão de provisão para perdas de créditos de ICMS	4	(766)	(403)
Provisão (reversão) para perda de ativos	4	496	(5.009)
Outros		-	(16)
Variações de ativos e passivos:			
Contas a receber		25.890	(16.119)
Impostos a recuperar		(94.464)	1.466
Fornecedores		54.712	4.190
Tributos a pagar		75.765	6.819
Outros ativos e passivos, líquidos		(2.277)	(1.952)
Caixa gerado pelas operações		656.015	767.516
Impostos pagos		(237.919)	(102.268)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		418.096	665.248
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Adições ao imobilizado	9	(96.394)	(38.427)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(96.394)	(38.427)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Transações com acionistas:			
Dividendos pagos aos acionistas	11(c)	(167.802)	(369.393)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(167.802)	(369.393)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa no exercício		153.900	257.428
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		506.850	249.422
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		660.750	506.850

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial

Em milhares de reais

	Notas	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	660.750	506.850
Contas a receber - partes relacionadas	12	-	25.890
Tributos a recuperar	8	8.181	1.775
Outros		4.256	1.979
		673.187	536.494
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	10	9	8
Tributos a recuperar	8	8.405	3.107
Tributos diferidos sobre o lucro	6 (d)	7.212	7.300
		15.626	10.415
Imobilizado	9	350.234	279.269
Intangível	9	15	21
		365.875	289.705
Total do ativo		1.039.062	826.199
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - Partes relacionadas		12.083	-
Fornecedores - Terceiros		52.105	9.476
Dividendos	11 (c)	23.369	-
Tributos a recolher sobre o lucro	6 (b)	118.564	167.243
Tributos a recolher	6(c)	2.341	9.184
		208.462	185.903
Total do passivo		208.462	185.903
Total do patrimônio líquido	11	830.600	640.296
Total do passivo e patrimônio líquido		1.039.062	826.199

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	289.410	57.882	96.529	54.648	-	498.469
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	493.004	493.004
Transações com acionistas:						
Dividendos antecipados - Nota 11 (c)	-	-	-	-	(76.749)	(76.749)
Dividendos de exercícios anteriores - Nota 11(c)	-	-	-	(54.648)	-	(54.648)
Dividendos com reservas de investimentos - Nota 11 (c)	-	-	(96.529)	-	-	(96.529)
Dividendos mínimos obrigatórios - Nota 11 (c)	-	-	-	-	(123.251)	(123.251)
Dividendo adicional proposto - Nota 11 (c)	-	-	-	293.004	(293.004)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	289.410	57.882	-	293.004	-	640.296
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	381.475	381.475
Transações com acionistas:						
Dividendos antecipados - Nota 11 (c)	-	-	-	-	(72.000)	(72.000)
Dividendos de exercícios anteriores - Nota 11(c)	-	-	-	(95.802)	-	(95.802)
Transferência para reservas de investimentos - Nota 11 (c)	-	-	197.202	(197.202)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios - Nota 11 (c)	-	-	-	-	(23.369)	(23.369)
Dividendo adicional proposto - Nota 11 (c)	-	-	-	286.106	(286.106)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	289.410	57.882	197.202	286.106	-	830.600

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Vitória, Espírito Santo, Brasil. A Sociedade é uma *joint venture* onde seus acionistas Vale S.A. ("Vale") e Posco possuem cada uma 50% de participação. A Sociedade foi constituída em 1998 e suas atividades originalmente compreendiam a produção e comercialização de pelotas de minério de ferro.

Em 2008, a Usina de Pelotização foi arrendada à sua acionista Vale por uma parcela fixa anual, corrigida anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M") e uma parcela variável resultante da performance da usina.

Em 2022 a parcela fixa anual, corrigida, é de R\$ 79.008 (R\$ 67.074 em 2021). As operações são realizadas no Complexo de Tubarão por meio da Usina de Pelotização 7 ("Usina de Pelotização"). O contrato atual tem o vencimento previsto para 31 de agosto de 2033.

A Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios da Vale. As demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas no pressuposto de sua continuidade operacional.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Sociedade.

b) Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir as perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. Os eventos subsequentes foram avaliados 31 de janeiro de 2023, data em que a emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria.

c) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando o real ("R\$"), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade opera ("moeda funcional").

d) Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores. Algumas normas e interpretações contábeis foram emitidas, porém, ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ou não tiveram impacto nessas demonstrações financeiras. A Sociedade não adotou antecipadamente nenhuma destas normas. Adicionalmente, a Sociedade não espera que essas normas tenham um impacto material nas demonstrações financeiras em exercícios sociais subsequentes.

e) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade. Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas em relação ao futuro. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e são baseados na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data das demonstrações financeiras e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios sociais, estão apresentadas nas notas 6 e 10.

3. Receita de arrendamento

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Parcela fixa	79.008	67.074
Parcela variável	560.088	785.698
Receita bruta	639.096	852.772
Impostos sobre vendas	(59.116)	(78.881)
Receita líquida	579.980	773.891

A parcela fixa de arrendamento foi reajustada pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M conforme cláusula contratual.

A parcela variável de arrendamento é resultante da performance da Usina. A redução em relação ao ano de 2021, deve-se principalmente ao menor volume de produção e variação cambial desfavorável, compensado parcialmente pelo aumento de preço e redução de custos. A partir de junho de 2022 foi assinado aditivo contratual que amplia o conceito de “Fair Treatment”, estabelecendo regra específica para a restrição do fornecimento de minério de ferro.

Os fluxos de caixa dos direitos contratuais relacionados aos recebimentos mínimos estão apresentados pelo cronograma do contrato em vigor. Tais valores representam os recebimentos estimados no contrato assinado e encontram-se demonstrados por seus valores nominais.

	Valores nominais
De janeiro de 2023 a dezembro de 2027	416.605
De janeiro de 2028 a agosto de 2033	472.152

Política contábil

A Sociedade arrenda bens do imobilizado para a Vale. O arrendamento efetuado pela Sociedade na figura de arrendadora, nos quais os riscos e benefícios da propriedade são retidos pela Sociedade, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos recebidos sobre arrendamentos operacionais são reconhecidos como receita na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

4. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2022	2021
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas			
Reversão (provisão) para perdas de ativos	9	(496)	5.009
Reversão de provisão para perda de ICMS		766	403
Baixa de ativo imobilizado		-	(5.523)
Receita com recuperação de despesas		-	39
Receita com multas contratuais		-	308
Outras receitas (despesas)		2	(13)
Total		272	223

5. Resultado financeiro

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	27.378	7.051
Atualização de depósitos judiciais	1	-
Outras	7	(33)
	27.386	7.018
Despesas financeiras		
Comissão de fiança	(300)	(454)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(1.273)	(328)
Atualização monetária e juros de contingências	-	36
Outros	(169)	(51)
	(1.742)	(797)
Resultado financeiro líquido	25.644	6.221

6. Tributos sobre o lucro

a) Reconciliação do imposto de renda – Demonstração do resultado

O total demonstrado como tributos sobre o lucro na demonstração do resultado está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	571.950	744.596
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(194.463)	(253.163)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Benefícios fiscais (Lei Rouanet, Lei do Esporte, Pronon e Pronas)	6.068	1.547
Outros ajustes	(2.080)	24
Tributos sobre o lucro	(190.475)	(251.592)
Corrente	(190.387)	(249.734)
Diferido	(88)	(1.858)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(190.475)	(251.592)

b) Tributos a recolher sobre o lucro

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Tributos sobre o lucro do exercício - corrente	190.387	249.734
Antecipações	(71.823)	(82.491)
Total	118.564	167.243

c) Tributos a recolher

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo dos tributos a recolher é de R\$ 2.341, sendo o principal valor referente a ISS/INSS, relativo a serviços prestados no montante de R\$ 2.126.

d) Tributos diferidos sobre o lucro

A Sociedade possui os seguintes montantes de diferenças temporárias, como segue:

	Base de cálculo		IR e CSLL (alíquota 34%)	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2022	2021	2022	2021
Provisão para perdas ICMS	20.705	21.471	7.040	7.300
Provisão para contingências trabalhistas	11	-	4	-
Provisão para perda de ativos (nota 10)	496	-	168	-
Total	21.212	21.471	7.212	7.300

Política contábil

Os tributos sobre o lucro são calculados aplicando a alíquota em vigor no Brasil, que é de 34%. Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos com base nas diferenças temporárias entre o valor contábil e a base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos por meio do resultado.

Estimativa e julgamento contábeis críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidas considerando premissas e fluxos de caixa projetados. Os ativos fiscais diferidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Caixa e bancos	18	13
Aplicações financeiras	660.732	506.837
Total	660.750	506.850

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor. Em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade possuía R\$ 625.958 (R\$ 486.988 em 2021) aplicados no FIDC (Fundo de investimento em direitos creditórios), R\$ 4.933 em CDB (R\$ 19.849 em 2021) e R\$ 29.841 em notas compromissadas. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em caixa, sendo indexadas à taxa dos certificados de depósito interbancário (“taxa DI” ou “CDI”).

8. Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) a recuperar	20.705	21.471
Provisão para perda do ICMS a recuperar (não recuperabilidade futura)	(20.705)	(21.471)
Imposto de renda retido na fonte (“IRRF”) a recuperar	5.645	1.160
Pis/Cofins a Recuperar	10.754	-
Outros	187	3.722
Total	16.586	4.882
Circulante	8.181	1.775
Não circulante	8.405	3.107
Total	16.586	4.882

9. Imobilizado

	Imóveis	Instalações	Equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Intangível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	77.673	118.820	33.917	3.778	37.292	28	271.508
Adições	-	-	-	-	38.427	-	38.427
Baixa	-	-	-	-	(5.523)	-	(5.523)
Reversão de provisão para perda de ativos	-	-	-	-	5.009	-	5.009
Depreciação e amortização	(4.096)	(13.992)	(11.525)	(511)	-	(7)	(30.131)
Transferências	2.665	16.402	5.029	69	(24.165)	-	-
Total	76.242	121.230	27.421	3.336	51.040	21	279.290
Custo	181.060	265.846	108.352	5.334	51.040	104	611.736
Depreciação e amortização acumulada	(104.818)	(144.616)	(80.931)	(1.998)	-	(83)	(332.446)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	76.242	121.230	27.421	3.336	51.040	21	279.290
Adições (i)	-	-	-	-	96.394	-	96.394
Provisão para perda de ativos	-	-	-	-	(496)	-	(496)
Depreciação e amortização	(4.208)	(11.058)	(9.158)	(509)	-	(6)	(24.939)
Transferências	542	8.847	1.531	-	(10.920)	-	-
Total	72.576	119.019	19.794	2.827	136.018	15	350.249
Custo	181.602	274.693	109.883	5.333	136.018	74	707.603
Depreciação e amortização acumulada	(109.026)	(155.674)	(90.089)	(2.506)	-	(59)	(357.354)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	72.576	119.019	19.794	2.827	136.018	15	350.249

(i) As adições em 2022, devem-se principalmente pelo sistema de combustão a gás no montante de R\$ 25.516, Wind fences no montante de R\$ 6.389, ganhões de névoa no montante de R\$ 3.141, drenagem e pavimentação da usina no montante de R\$ 2.977, lavador de correias no montante de R\$ 2.316 e revitalização das estruturas metálicas no montante de R\$ 7.578.

A depreciação de R\$ 24.939 em 2022 (R\$ 30.131 em 2021) é apresentada no resultado do exercício líquida de créditos de impostos no montante de R\$ 229 em 2022 (R\$ 1.674 em 2021).

Política contábil

Os ativos imobilizados são reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. A exceção são os terrenos que não são depreciados. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Vida útil
Imóveis	25 a 30 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 a 10 anos
Outros	3 a 5 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados a cada exercício social e ajustados, se necessário.

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios desta manutenção até a próxima parada.

A Sociedade avalia, ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que os ativos imobilizados possam ter sofrido desvalorização. O ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há indicação de que os ativos imobilizados possam ter sofrido desvalorização.

10. Processos judiciais

A Sociedade é parte em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos trabalhistas, tributários e cíveis.

A Sociedade utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Sociedade, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise dos fundamentos técnicos.

Processos judiciais provisionados - A Sociedade considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

Processos judiciais não provisionados - Os passivos contingentes relevantes, acrescidos de juros e atualização monetária, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são discutidos a seguir:

Processo tributário - O passivo contingente tributário refere-se basicamente à autuação, do período de 2003 a 2008, pela Receita Federal do Brasil, onde é requerido a cobrança de PIS e COFINS sobre a operação de venda de pelotas com o fim de exportação e aos processos referentes aos despachos decisórios que homologaram parcialmente os créditos de PIS/COFINS no mesmo período. O valor atualizado dos referidos processos é de R\$ 342.004 (R\$ 330.999 em 2021).

Depósitos judiciais - Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Sociedade é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Sociedade até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	Passivos contingentes		Depósitos judiciais	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2022	2021	2022	2021
Processos tributários	401.691	378.715	-	-
Processos trabalhistas	-	-	9	8
Total	401.691	378.715	9	8

Política contábil

Uma provisão é reconhecida quando a diretoria jurídica e seus consultores jurídicos avaliam que: (i) existe uma obrigação presente originada de evento passado, (ii) é provável que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser mensurada. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Os ativos contingentes são divulgados quando os benefícios econômicos vinculados são prováveis e somente são reconhecidos nas demonstrações financeiras no período em que a sua realização é virtualmente certa.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Sociedade e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social – Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social é de R\$ 289.410, correspondendo a 4.021.438.370 ações ordinárias escrituradas, totalmente integralizadas e sem valor nominal.

O capital do acionista domiciliado no exterior está registrado no Banco Central do Brasil por US\$ 38.500 mil (dólares norte-americanos) e KRW 51.583.537 mil (Won/Coreia-Sul).

b) Reserva de lucros

Reserva legal - Constitui uma exigência para todas as sociedades anônimas e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social. Em 2022 não houve destinação para essa reserva uma vez que atingiu o limite do seu capital.

Reserva de investimento - Tem como finalidade assegurar a manutenção e cumprimento ao orçamento de investimentos da Sociedade.

c) Remuneração aos acionistas da Sociedade – Conforme estatuto social, 25% do lucro líquido do exercício (após constituições de reservas) deve ser distribuído a título de dividendo mínimo obrigatório.

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	381.475	493.004
Dividendos antecipados	72.000	76.749
Dividendos mínimos obrigatórios	23.369	123.251
Dividendo adicional proposto	286.106	95.802
Transferência para reserva de investimentos	-	197.202
Remuneração total do exercício	381.475	493.004

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022, foi deliberada a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2021, no montante de R\$ 493.004, sendo o valor de R\$ 123.251 a título de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 172.551, a título de dividendos adicionais, totalizando R\$295.802, dos quais R\$ 200.000 foram antecipados e pagos dentro do ano de 2021 na forma de dividendos intercalares e R\$95.802 para pagamento até 31 de dezembro de 2022. O restante, no valor de R\$197.202 foram destinados para a reserva de investimento.

Na Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada no dia 24 de novembro de 2021, foi aprovada a antecipação de dividendos relativos ao exercício de 2021 no montante de R\$ 200.000 e a reversão da totalidade do saldo da reserva de investimentos no montante de R\$ 96.529, para a distribuição de dividendos adicionais, pagos em dezembro de 2021.

Na Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada no dia 12 de dezembro de 2022, foi aprovada a antecipação de dividendos relativos ao exercício de 2022 no montante de R\$ 72.000, pago em dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022 foi constituída a obrigação com dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 23.369, sendo o saldo remanescente do lucro líquido do exercício no valor de R\$ 286.106 transferido para a reserva de dividendo adicional proposto conforme preconizado pelo ICPC 08.

Política contábil

A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no Estatuto Social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

12. Transações com partes relacionadas

Representados pelas seguintes operações com partes relacionadas à Sociedade:

	Notas	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo circulante			
Contas a receber - partes relacionadas - Vale S.A.		-	25.890
		-	25.890
Passivo circulante			
Fornecedor - Partes relacionada		12.083	-
Dividendos a pagar			
	11 (c)	23.369	-
Vale S.A.		11.684	-
Posco		11.685	-
		35.452	-

Resultados gerados pelas operações com partes relacionadas:

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2022	2021
Receita de arrendamento, líquida - Vale S.A.	3	579.980	773.891

Os administradores brasileiros da Sociedade, empregados Vale, são remunerados integralmente por este acionista. Não há remuneração baseada em ações da própria Sociedade e incentivos de longo prazo. Os honorários referentes às remunerações dos administradores no Brasil e Exterior, conforme ATA da 39ª do Conselho de Administração da Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização – Kobrasco, realizada em 30 de junho de 2021, foram aprovados para que fossem doados R\$ 59 para a Associação Vitória Down e R\$ 62 para o Instituto Social Esperança.

13. Classificação dos instrumentos financeiros

	Custo amortizado		Valor justo por meio do resultado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Caixa e equivalentes de caixa	34.792	19.862	625.958	486.988
Contas a receber - partes relacionadas	-	25.890	-	-
Total dos ativos financeiros	34.792	45.752	625.958	486.988
Fornecedores - Parte relacionadas	12.083	-	-	-
Fornecedores - terceiros	52.105	9.476	-	-
Total dos passivos financeiros	64.188	9.476	-	-

Política contábil

A Sociedade classifica os instrumentos financeiros com base no seu modelo de negócios para o gerenciamento dos ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos. Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado a menos que certas condições que permitam uma mensuração subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou pelo custo amortizado sejam atendidas.

Os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado e atualizados pelo método da taxa de juros efetivos.

14. Gestão de riscos

a) Gestão de risco de liquidez e capital - A Sociedade monitora as previsões de fluxo de caixa para assegurar a liquidez de curto prazo e possibilitar maior eficiência da gestão do caixa, em linha com o foco estratégico na redução do custo de capital e estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo.

b) Gestão de risco de crédito - Exposição da Sociedade ao risco de crédito decorre de recebíveis em transações comerciais e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Sociedade em um nível aceitável.

(i) Gestão de risco de crédito de recebíveis - A Sociedade atribui uma classificação de risco de crédito interna para cada contraparte utilizando sua própria metodologia quantitativa de análise de risco de crédito, baseada em preços de mercado e informações financeiras da contraparte, bem como informações qualitativas sobre o histórico de relacionamento comercial.

(ii) Gestão de risco de crédito de investimentos financeiros - Para gerenciar a exposição de crédito originada por aplicações financeiras, a Sociedade controla a diversificação de sua carteira e monitora diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram aprovadas para negociação.

(iii) Gestão de risco de mercado - A Sociedade está exposta a diversos fatores de risco de mercado que podem impactar seu fluxo de caixa. Considerando a natureza dos negócios e operações da Sociedade, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Sociedade está exposta são: risco da taxa de câmbio, risco da taxa de juros e risco de preços de produtos e insumos. A avaliação do potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco.

* * *

Membros da Diretoria e Responsáveis Técnicos

Diretores

Álvaro José Ribeiro Pereira
Diretor-Superintendente

Leonardo Gava
Diretor

Responsáveis Técnicos

Almir Alves da Paz
TC-CRC-RJ-061231/O "S" ES

Cecília Albuquerque
Gerente de Controladoria